5 SEÇÃO PROPOSITIVA (PTT)

No presente capítulo, são apresentados os Produtos Técnico-Tecnológicos (PTT) desenvolvidos no âmbito desta pesquisa, compreendidos como objetos tangíveis que incorporam elevado grau de novidade, resultantes da aplicação de conhecimentos científicos, técnicas e expertises oriundos da pós-graduação (Carneiro, 2022). Os produtos foram estruturados a partir dos achados empíricos, das análises realizadas e das lacunas identificadas na operacionalização da conta-depósito vinculada, contemplando, de forma integrada, o mapeamento dos processos institucionais e a proposição de uma solução tecnológica voltada à otimização das rotinas administrativas.

A proposta desenvolvida no âmbito desta pesquisa compreende dois produtos articulados: o mapeamento dos processos de operacionalização da conta-depósito vinculada e o levantamento de requisitos para uma proposta de software destinada a apoiar essas atividades. Ressalta-se que a pesquisa não contemplou o desenvolvimento, a programação ou a implementação de um software funcional. O produto tecnológico consiste na especificação da proposta de solução, estruturada a partir do levantamento de requisitos funcionais e não funcionais identificados com base nos resultados do mapeamento dos processos, da validação dos fluxos e da análise das necessidades relacionadas à operacionalização da conta-depósito vinculada.

Inicialmente, apresenta-se o mapeamento dos processos de provisão e liberação de valores da conta-depósito vinculada, elaborado com base na realidade institucional da UFTM. Em seguida, apresenta-se a proposta de software, organizada a partir dos requisitos funcionais e não funcionais levantados ao longo da pesquisa. Esses requisitos foram definidos com o propósito de orientar uma futura implementação de solução tecnológica capaz de apoiar a execução das atividades, promover maior integração entre os setores, reduzir atividades manuais e retrabalho e ampliar a rastreabilidade e o controle das informações no âmbito da gestão contratual.

5.1 MAPEAMENTO DOS PROCESSOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

O mapeamento dos processos relacionados à conta-depósito vinculada foi desenvolvido com o objetivo de compreender e representar as etapas envolvidas na operacionalização dos

procedimentos de provisão e liberação de valores em contratos administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra.

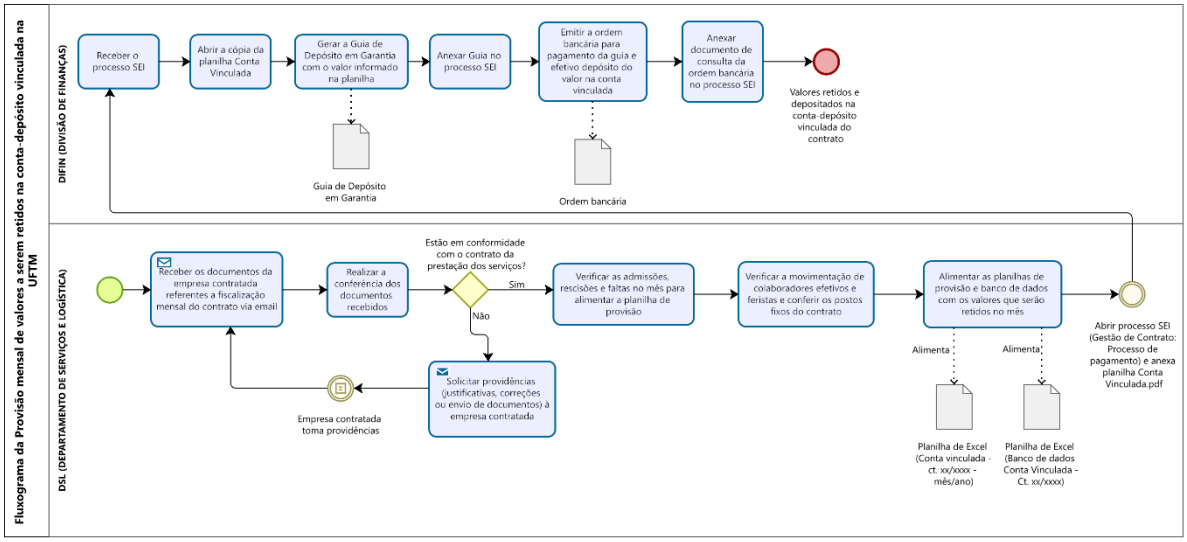
A elaboração dos fluxos possibilitou identificar os principais atores envolvidos, as atividades realizadas, os documentos utilizados e os pontos de interação entre fiscalização administrativa, gestão contratual, setor financeiro, fornecedores e instituições bancárias.

O processo de modelagem foi realizado por meio da notação BPMN, permitindo a representação gráfica das atividades, decisões e responsabilidades de cada participante do fluxo. A construção dos modelos considerou a análise documental dos normativos aplicáveis, os procedimentos institucionais adotados pela UFTM e a experiência prática da pesquisadora na fiscalização administrativa de contratos.

Foram elaborados dois fluxos principais:

a) Processo de provisão mensal da conta-depósito vinculada: representa as etapas relacionadas ao levantamento dos valores a serem provisionados, elaboração dos cálculos, encaminhamento das informações ao setor financeiro e efetivação do depósito na conta vinculada.

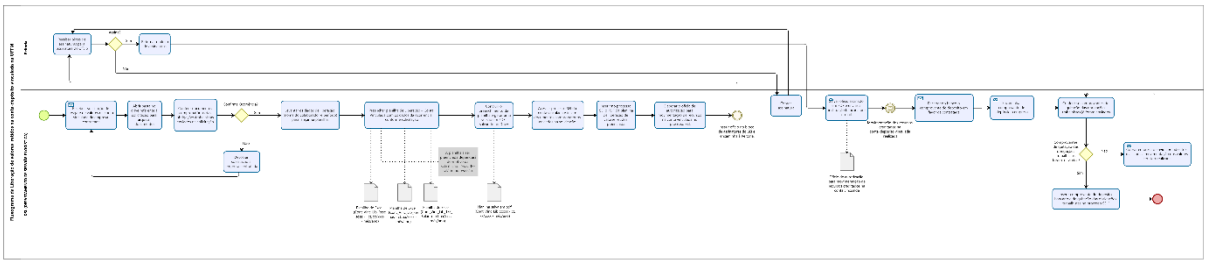
Figura 17 – Fluxograma da provisão mensal de valores a serem retidos na conta-depósito vinculada na UFTM



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

b) Processo de liberação de valores da conta-depósito vinculada: representa o fluxo utilizado para solicitação, análise, autorização e liberação de valores referentes às verbas provisionadas, como férias, décimo terceiro salário e rescisões contratuais.

Figura 18 – Fluxograma da liberação de valores retidos na conta-depósito vinculada na UFTM



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Os fluxos elaborados permitiram visualizar as etapas críticas do processo, evidenciando oportunidades de melhoria relacionadas à automatização dos cálculos, integração entre os usuários envolvidos, redução de controles paralelos e maior rastreabilidade das informações. Essas constatações subsidiaram a definição dos requisitos funcionais e não funcionais do software proposto.

A partir dos problemas identificados na análise do módulo de Conta-Depósito Vinculada e das necessidades dos usuários envolvidos no processo, foram definidos os requisitos funcionais e não funcionais do sistema proposto.

5.2 DESCRIÇÃO GERAL DO SISTEMA

O software proposto consiste em uma solução para apoiar a operacionalização da conta-depósito vinculada em contratos administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra. O sistema tem como finalidade automatizar os cálculos de provisão e liberação de valores, disponibilizar relatórios gerenciais para subsidiar a gestão contratual e financeira, permitir o acompanhamento histórico das movimentações e centralizar as informações em uma base única de dados compartilhada entre os usuários envolvidos no processo.

5.3 REQUISITOS FUNCIONAIS

5.3.1 Autenticação e controle de acesso

Considerando a integração entre os atores envolvidos no processo de gestão da conta vinculada, especialmente no que se refere à participação do fornecedor, o sistema proposto deve implementar mecanismos de autenticação e controle de acesso baseados em perfis de usuário.

O acesso ao sistema deve ocorrer por meio de credenciais institucionais, preferencialmente integradas aos sistemas corporativos já utilizados no âmbito da UFTM, de modo a garantir padronização e segurança no processo de autenticação. Devem ser previstos, no mínimo, perfis distintos para administradores do sistema, fiscais e gestores de contratos, setor financeiro/reitoria e fornecedores.

No que se refere ao perfil de fornecedor, o sistema deve permitir acesso restrito às informações relativas aos contratos aos quais esteja vinculado, incluindo a visualização do saldo da conta vinculada por colaborador e por contrato, a solicitação de liberação de valores e a anexação de documentos comprobatórios. Deve ainda possibilitar o acompanhamento do status das solicitações realizadas.

Adicionalmente, o sistema deve registrar logs de acesso e das operações executadas, assegurando rastreabilidade, controle e integridade das informações, bem como a adequada segregação de funções entre os perfis definidos.

5.3.2 Cadastro de Contratos e da Conta-depósito Vinculada

O sistema deve permitir o registro estruturado dos contratos administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra.

O cadastro deve contemplar informações como número do instrumento contratual, identificação do fornecedor (incluindo CNPJ e razão social) e vincular ao devido usuário do fornecedor, objeto, vigência, quantitativo de colaboradores, cargos, remuneração por função e valor global do contrato. Deve também permitir o registro dos dados da conta vinculada, incluindo instituição bancária, agência, número da conta e o percentual correspondente ao SAT/GIIL-RAT.

O sistema deve implementar mecanismos de validação dos dados informados, especialmente no que se refere ao formato e da consistência de informações bancárias e cadastrais, com vistas à redução de inconsistências. Sempre que possível, deve ser prevista a possibilidade de integração com bases externas para validação automatizada dessas informações.

5.3.3 Cadastro e Gestão de Colaboradores

Em razão da necessidade de maior controle e confiabilidade das informações utilizadas nos cálculos de provisão, o sistema deve permitir o cadastro detalhado dos colaboradores vinculados a cada contrato.

Devem ser contempladas funcionalidades de inserção manual e importação em lote de dados por meio de planilhas do Excel®, contendo, no mínimo, nome completo, CPF, data de admissão, data de disponibilização no órgão, função, remuneração, escolaridade e jornada de trabalho.

O sistema deve assegurar a validação de dados cadastrais, especialmente quanto à unicidade do CPF, bem como manter histórico de alterações, permitindo o registro de eventos como admissões, desligamentos e modificações contratuais.

5.3.4 Provisão Mensal Automatizada

Considerando as limitações operacionais verificadas no processo atual, especialmente no que se refere à ausência de flexibilidade para ajustes proporcionais e à impossibilidade de edição após o registro, o sistema deve permitir a realização da provisão mensal por competência.

A provisão deve ser realizada com base nos colaboradores vinculados ao contrato, permitindo a definição do mês e ano de referência. O sistema deve adotar, como parâmetro padrão, o provisionamento equivalente a 30 dias, possibilitando, contudo, o ajuste manual individual da quantidade de dias a serem considerados para cada colaborador, de forma a contemplar situações específicas, como admissões no decorrer do período, afastamentos ou entendimentos institucionais.

Deve ainda permitir a inclusão ou exclusão de colaboradores na provisão de determinada competência. Os cálculos devem ser realizados automaticamente com base nos percentuais estabelecidos na Instrução Normativa nº 05/2017, incluindo décimo terceiro salário, férias acrescidas de um terço constitucional, multa sobre FGTS e encargos incidentes conforme o SAT/GIIL-RAT previamente cadastrado.

O sistema deve permitir a edição parcial das provisões após seu registro, mantendo histórico detalhado das alterações realizadas, de modo a garantir rastreabilidade, transparência e controle das informações.

5.3.5 Gestão do Saldo da Conta Vinculada

O sistema deve disponibilizar uma funcionalidade específica para consolidação e visualização do saldo da conta vinculada.

Essa funcionalidade deve apresentar, de forma estruturada, os valores provisionados e liberados, permitindo a visualização do saldo por contrato, por competência, por colaborador e por tipo de verba. O sistema deve atualizar automaticamente essas informações a cada nova operação realizada, garantindo a integridade dos dados.

Deve ainda possibilitar a consulta histórica das movimentações, contribuindo para a transparência e o controle das informações.

5.3.6 Liberação de Valores com Cálculo Automático

Considerando o caráter manual e repetitivo do processo atual, o sistema deve permitir a realização de liberações de valores de forma automatizada e parametrizável.

Deve possibilitar a liberação individual e em lote, com a seleção do tipo de evento que fundamenta a liberação, tais como férias, décimo terceiro salário ou rescisão contratual. O sistema deve realizar automaticamente o cálculo dos valores passíveis de liberação, com base no saldo disponível, no período referente à solicitação e nas regras aplicáveis.

Adicionalmente, deve implementar mecanismos de validação das solicitações, impedindo a liberação de valores superiores ao saldo disponível, bem como permitir a replicação de parâmetros para múltiplos colaboradores, com vistas à otimização do processo.

5.3.7 Anexação de Documentos

O sistema deve permitir a anexação de arquivos diretamente associados à operação de liberação de valores.

Devem ser aceitos documentos como comprovantes de pagamento, guias de recolhimento, avisos e recibos de férias, termos de rescisão, entre outros. O sistema deve possibilitar a organização desses documentos por tipo de evento e garantir sua associação às respectivas movimentações.

Essa funcionalidade visa assegurar maior rastreabilidade, transparência e centralização das informações.

5.3.8 Solicitação de Liberação de Valores pelo Fornecedor

Considerando a ausência de padronização nas solicitações de liberação de valores e a utilização de meios externos, o sistema deve permitir que o fornecedor realize, diretamente na plataforma, a solicitação de liberação de valores da conta vinculada.

A solicitação deve ser estruturada por meio de formulário eletrônico, no qual o fornecedor informe o tipo de evento (férias, décimo terceiro salário, rescisão, entre outros), os colaboradores envolvidos e os valores requeridos.

O sistema deve exigir a anexação dos documentos comprobatórios obrigatórios para cada tipo de evento, de modo que a solicitação somente possa ser concluída quando todos os documentos necessários estiverem devidamente inseridos.

Após o envio, o sistema deve encaminhar automaticamente a solicitação para análise do fiscal ou gestor do contrato, mantendo o registro do status da solicitação e garantindo sua rastreabilidade ao longo de todo o fluxo.

Adicionalmente, o sistema deve realizar validações automáticas com base no saldo disponível por colaborador e nas regras aplicáveis, com o objetivo de reduzir retrabalho na análise das solicitações.

5.3.9 Acompanhamento da Provisão pelo Setor Financeiro e Geração de Guia

Considerando a necessidade de integração entre a atividade de provisão realizada pelo fiscal do contrato e os procedimentos operacionais do setor financeiro, o sistema deve permitir o acompanhamento das provisões mensais por parte do setor responsável pela execução financeira.

O sistema deve disponibilizar ao perfil do setor financeiro acesso às provisões registradas, permitindo a visualização dos valores a serem retidos na conta vinculada, discriminados por contrato, competência e, quando necessário, por colaborador e tipo de verba.

Deve possibilitar a consolidação automática dos valores provisionados por competência, apresentando o montante total a ser recolhido, de forma a subsidiar a emissão da guia ou instrumento equivalente para efetivação do depósito na conta vinculada.

5.3.10 Relatórios Gerenciais

O sistema deve permitir a geração de relatórios consolidados e analíticos.

Deve possibilitar a extração de dados com filtros por contrato, colaborador, tipo de movimentação e período, apresentando, além dos registros detalhados, a totalização automática dos valores provisionados e liberados.

Os relatórios devem ser exportáveis e estruturados de forma a eliminar a necessidade de tratamento posterior em planilhas, contribuindo para maior eficiência na análise e no controle das informações.

5.3.11 Geração de Documentos para Liberação

Diante da necessidade de elaboração manual de ofícios para solicitação de liberação de valores junto às instituições bancárias, o sistema deve permitir a geração automática desses documentos.

O documento deve ser produzido a partir das informações já registradas no sistema, incluindo a identificação do colaborador, o valor a ser liberado e o motivo da liberação, seguindo modelo institucional previamente definido. Deve ainda permitir a complementação de informações específicas, quando necessário.

Essa funcionalidade visa padronizar os documentos, reduzir retrabalho e aumentar a eficiência do processo.

5.4 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

Para atender às necessidades institucionais relacionadas à gestão da conta vinculada, o desenvolvimento do software deve observar os seguintes requisitos:

- Disponibilidade em ambiente web, permitindo o acesso por diferentes dispositivos e navegadores, sem necessidade de instalação local pelos usuários;
- Interface intuitiva e organizada, possibilitando a utilização do sistema por diferentes perfis de usuários, incluindo fiscais, gestores, setor financeiro e fornecedores;
- Compatibilidade com sistemas de gerenciamento de banco de dados utilizados pela instituição;

- Alto desempenho em operações simultâneas, garantindo a execução eficiente de cálculos, consultas e geração de relatórios mesmo com múltiplos usuários acessando o sistema;
- Segurança e confiabilidade das informações, assegurando a proteção dos dados contratuais, financeiros e pessoais armazenados no sistema;
- Capacidade de integração com sistemas institucionais, permitindo a comunicação com ferramentas utilizadas pela Universidade, como sistemas administrativos e de processos eletrônicos;
- Facilidade de manutenção e evolução, possibilitando adequações futuras decorrentes de alterações normativas ou necessidades institucionais.

Destaca-se que foram considerados estudos aplicados ao contexto da UFTM que abordam o desenvolvimento de soluções computacionais para apoio à gestão institucional. O estudo de Vaz (2023) contribuiu para a identificação de fragilidades, desafios e rotinas associadas às atividades de fiscalização de contratos, bem como das ferramentas atualmente utilizadas. Já Ferreira (2019) forneceu subsídios metodológicos para a estruturação e descrição de requisitos de software, ao propor o desenvolvimento de um sistema de gestão de resíduos adaptado à realidade da universidade, com potencial de replicação em instituições com características semelhantes.

Além disso, o estudo se baseia na definição de requisitos proposta por Somerville (2011). Nesse sentido, a definição clara e objetiva dos requisitos configura uma etapa essencial tanto para o aprimoramento de soluções existentes quanto para a proposição de novos sistemas. Essa precisão contribui para reduzir retrabalho, melhorar a comunicação entre usuários e desenvolvedores e garantir maior aderência das soluções tecnológicas às demandas institucionais da UFTM, especialmente no que se refere à gestão da conta-depósito vinculada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a gestão da conta-depósito vinculada em contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra na UFTM, por meio do mapeamento e da validação dos procedimentos adotados, além do levantamento de requisitos para uma solução tecnológica de apoio à sua operacionalização. Para alcançar esse objetivo, foram mapeados os fluxos dos processos relacionados à conta-depósito vinculada no âmbito da instituição, realizados procedimentos de validação interna junto aos servidores envolvidos na fiscalização administrativa e validação interinstitucional com representantes de outras universidades federais, bem como identificados requisitos funcionais e não funcionais para uma possível solução informatizada. Dessa forma, considera-se que o objetivo proposto foi alcançado.

Os resultados evidenciaram que a operacionalização da conta-depósito vinculada envolve um processo de elevada complexidade operacional, composto por diferentes etapas administrativas, registros, cálculos, documentos e mecanismos de controle que demandam organização, padronização e acompanhamento sistemático. Embora os procedimentos estejam fundamentados no arcabouço normativo vigente, a análise realizada demonstrou a importância de estruturar os fluxos operacionais de forma clara, especialmente quanto à definição das etapas e das responsabilidades dos agentes envolvidos. O mapeamento realizado contribuiu, nesse sentido, para organizar e representar os procedimentos adotados pela UFTM, favorecendo a compreensão das atividades e dos controles envolvidos.

A validação dos fluxos processuais, realizada por meio do IVC, apresentou elevada concordância entre os avaliadores quanto à adequação dos procedimentos mapeados. Além dos resultados quantitativos, as contribuições qualitativas obtidas durante o processo de validação possibilitaram identificar oportunidades de melhoria relacionadas à organização das informações, à clareza dos procedimentos e ao aprimoramento das rotinas de operacionalização da conta-depósito vinculada. A participação de servidores vinculados a diferentes universidades federais também permitiu ampliar a perspectiva da análise e identificar necessidades que não se restringem ao contexto específico da UFTM.

Em relação às soluções tecnológicas existentes, a análise do Módulo Conta-Depósito Vinculada disponibilizado pelo Governo Federal permitiu identificar limitações relacionadas principalmente à automação de cálculos, à integração de informações, à geração de relatórios e à redução do trabalho manual. Esses aspectos evidenciam a existência de necessidades

operacionais que podem ser consideradas no desenvolvimento ou aprimoramento de soluções informatizadas destinadas ao apoio à gestão da conta-depósito vinculada.

Nesse sentido, o levantamento dos requisitos de software contribuiu para identificar as funcionalidades e condições necessárias ao desenvolvimento de uma solução tecnológica de apoio à operacionalização da conta-depósito vinculada. Entre os requisitos identificados, destacam-se a automatização de cálculos trabalhistas, o controle dos lançamentos, a geração de relatórios, a rastreabilidade das informações, a organização documental e o suporte à comunicação entre Administração e fornecedores. Esses elementos podem subsidiar futuras iniciativas de desenvolvimento ou aprimoramento de sistemas voltados à operacionalização da conta-depósito vinculada.

Como contribuição prática, a pesquisa apresenta os fluxos estruturados dos procedimentos relacionados à conta-depósito vinculada na UFTM e os requisitos funcionais e não funcionais identificados para uma possível solução informatizada. Esses resultados podem apoiar futuras ações de informatização e aprimoramento dos processos de fiscalização administrativa. Além disso, a validação interinstitucional possibilitou ampliar a análise para além da realidade da UFTM, contribuindo para a identificação de necessidades comuns entre diferentes universidades federais.

Como limitação, destaca-se que os resultados refletem o contexto institucional analisado e a percepção dos participantes envolvidos na validação, não permitindo generalizações para todas as instituições públicas. Entretanto, a participação de servidores vinculados a diferentes universidades federais contribuiu para ampliar a perspectiva da pesquisa e identificar necessidades que ultrapassam a realidade específica da UFTM.

Como trabalhos futuros, recomenda-se avançar para a implementação e o teste de uma solução informatizada baseada nos requisitos identificados, considerando a experiência dos usuários e sua integração com os sistemas institucionais existentes. Também se mostra relevante avaliar os impactos decorrentes da utilização dessa solução em aspectos como eficiência, padronização, transparência e redução do trabalho manual e do retrabalho na gestão da conta-depósito vinculada.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, Brasília, 1997. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/556. Acesso em: 16 fev. 2025.

ALBUQUERQUE, Matheus Reisen de; COSTA, Lourenço. Transformação digital no setor público: tendências e implicações . **Revista de Gestão e Secretariado**, [*s. l.*], v. 16, n. 3, p. e4771, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i3.4771. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4771. Acesso em: 4 ago. 2026.

ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; COLUCI, Marina Zambon Orpinelli. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 16, p. 3061–3068, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/5vBh8PmW5g4Nqxz3r999vrn/?lang=pt. Acesso em: 4 ago. 2026.

ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; COLUCI, Marina Zambon Orpinelli; MILANI, Daniela. Construção de instrumentos de medida na área da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*s. l.*], v. 20, p. 925–936, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.04332013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/qTHcjt459YLYPM7Pt7Q7cSn/abstract/?lang=pt . Acesso em: 4 ago. 2026.

ALMEIDA, Tadeu Lourenço; SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira. Fiscalização de contratos administrativos de serviços terceirizados: Uma análise da eficácia da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da UFCG. **Desenvolvimento em Questão**, [*s. l.*], v. 21, n. 59, p. e13084, 2023. DOI: 10.21527/2237-6453.2023.59.13084. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/13084. Acesso em: 08 jan. 2025.

ALVIM, Rafael Soares Carvalho; BUENO, Danilo André Cinacchi. Gerenciamento de processos de negócio como requisito para o planejamento e implementação de programas de gestão de documentos. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [*s. l.*], v. 32, n. 65, p. 1–23, 2022. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1091. Acesso em: 4 ago. 2026.

ANDRADE, Elzimar; RASOTO, Vanessa Ishikawa; CARVALHO, Hilda Alberton de. Gerenciamento de processos nas Instituições Federais de ensino superior Brasileiras. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, [*s. l.*], v. 7, n. 2, p. 171–201, 2018.

AQUINO, André Carlos Busanelli De; LINO, André Feliciano; AZEVEDO, Ricardo Rocha De. The embeddedness of digital infrastructures for data collection by the Courts of Accounts. **Revista Contabilidade & Finanças**, [*s. l.*], v. 33, n. 88, p. 46–62, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1808-057x202111600. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcf/a/ySYLzksFhfHFvXBWbMktbrJ/?format=html&lang=en. Acesso em: 4 ago. 2026.

ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; MOTA, Virgínia de Albuquerque. Limitações do acesso à informação sobre contratação pública em saúde no Brasil à luz da Lei de Acesso à

Informação: uma revisão integrativa da literatura. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [*S. l.*], v. 19, p. e021011–e021011, 2021. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v19i00.8664607 Acesso em: 07 jan. 2025.

ASSOCIATION OF BUSINESS PROCESS MANAGEMENT PROFESSIONALS. **BPM CBOK:** Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio. 1. ed. Brasil: ABPMP, 2013. v. 3 Disponível em: Disponível em: https://ep.ifsp.edu.br/images/conteudo/documentos/biblioteca/ABPMP_CBOK_Guide__Portuguese.pdf. Acesso em: 28 abr. 2026.

BALBE, Ronald da Silva. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. **Revista do Serviço Público**, [*s. l.*], v. 61, n. 2, p. 189–209, 2010. DOI: 10.21874/rsp.v61i2.45. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/45. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Caderno de Logística Conta Vinculada**. Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5,de 26 de maio de 2017. 2018. Brasília, DF: MGI, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto n°13.031, de 17 de junho de 2026**. Institui o Sistema Contratos.gov.br no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, regulamenta a celebração e a gestão de contratos e de termos aditivos na forma eletrônica e altera o Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022. Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/decreto/d13031.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997**. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2271.htm. Acesso em: 18 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 4.829, de setembro de 2003**. Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGIbr, sobre o modelo de governança da Internet no Brasil, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4829.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018**. Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9507.htm. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.756, de abril de 2019**. Institui o portal único "gov.br" e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do Governo federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2019a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9756.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL, Secretaria de Governo Digital. **Do eletrônico ao digital**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017**. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.** Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5645.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 11 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019**. Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, e as Leis nos 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.019, de 11 de abril de 1990, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000, para instituir a modalidade de saque-aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, dispor sobre a movimentação das contas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e sobre a devolução de recursos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), alterar disposições sobre as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e extinguir a cobrança da contribuição de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. Brasília, DF: Presidência da República, 2019b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13932.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021**. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2021a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14129.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dispõe sobre normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Brasília, DF: Presidência da República, 2021b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. **Portal da Transparência**. Brasília, DF: Presidência da República, 2019c. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, [*s. l.*], v. 49, n. 1, p. 5–42, 1998. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/360. Acesso em: 10 fev. 2025.

BROGNOLI, Tainara da Silva; FERENHOF, Helio Aisenberg. Transformação digital no governo brasileiro: desafios, ações e perspectivas. **Navus - Revista de Gestão e Tecnologia**, [*s. l.*], v. 10, p. 01–11, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/jCBRtjZ9RSTCpBGkGqkyLcM/?lang=pt. Acesso em: 30 set. 2025.

CARNEIRO, Teresa Cristina Janes. **Produtos Técnicos e Tecnológicos**. [*S. l.*]: PROFIAP, 2022. Disponível em: https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2022/04/apresentacao-live-12-04-2022.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

CARVALHO, Mariana Freitas Canielo de; AGANETTE, Elisângela Cristina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. BPM Acadêmico: uma metodologia para modelagem de processos em IES. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 24, n. 00, p. e026001, 2025. DOI: 10.20396/rdbci.v24i00.8680182. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8680182. Acesso em: 4 ago. 2026.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. **Gestão pública contemporânea**: do movimento gerencialista ao pós-NPM. Brasília, DF: IPEA, 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8027. Acesso em: 8 jan. 2025.

CAVALCANTE, Elivaldo Filho Godinho; VILELA, Bruno de Almeida; FERREIRA, Rui Fernando Correia; JUNIOR, Wesley Canedo de Souza. Transformação digital no setor público: resistência do usuário ao sistema de contratações federais. **Revista de Administração Pública**, [*s. l.*], v. 59, n. 4, p. e2025-0062, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220250062. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/94578. Acesso em: 8 jan. 2025.

CAVALCANTE JUNIOR, Ophir. **A terceirização das relações laborais**. São Paulo: Ltr Editora, 1996.

CEOLIN, Alessandra Carla; SILVA, Maria Priscila Conceição Rocha da; CUNHA, Millena de Carvalho da, SILVA, Joyce Fernanda Ferreira da; Baracho, Meydson Lenyerge Lima. Sistema Integrado de Gestão na Administração Pública. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ADM 2020, 2020 Ponta Grossa, PR. **As novas fronteiras da Administração Pública.** Ponta Grossa, PR: [*s. n.*], 2020. Disponível em: https://admpg.com.br/2020/anais/arquivos/08132020_230844_5f35f934af83c.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

CONTA vinculada. [Brasília, DF]: Conta Vinculada, 2025. Disponível em: https://contavinculada.com.br/site/index.html. Acesso em: 25 abr. 2025.

CORRÊA, Marislane de Freitas. **Construção de processos a partir de normas externas**: um estudo realizado no setor de gestão de contratos terceirizados de serviços contínuos de uma IFES. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia de Produção) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212237. Acesso em: 6 nov. 2024.

CRESWELL, John Ward; CRESWELL, John David. **Projeto de pesquisa:** método qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CUNHA, Paulo César da. **Guia eletrônico para operacionalização de conta vinculada bloqueada para movimentação de contratos terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra na Universidade Federal do Triângulo Mineiro**. 2024. Dissertação (Mestrado em Inovação Tecnológica) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2024. Disponível em: http://bdtd.uftm.edu.br/handle/123456789/1794. Acesso em: 10 abr. 2025.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18. ed. São Paulo: Ltr Editora, 2019.

DUMAS, Marlon; LA ROSA, Marcello; MENDLING, Jan; REIJERS, Hajo A. **Fundamentals of Business Process Management**. 2.ed. Berlim: Springer, 2018.

FARIA, Jéssica Costa de; MARRA, Adriana Ventola; SOUZA, Mariana Mayumi Pereira de; PINHEIRO, Alexandre Santos. Burocracia e Identidade Profissional de Terceirizados. **Administração Pública e Gestão Social**, [*s. l.*], v. 15, n. 3, p. 1–17, 2023. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351575316001. Acesso em: 6 nov. 2024.

FARIA, Alexandra de Oliveira; CARRARO, Edilane dos Reis; OLIVEIRA, Ualison Rébula de; SCHOCAIR, Marília Medeiros; AMARAL, Marcelo Gonçalves do. Gestão de Riscos em Contratos de Serviços Com Cessão de Mão de Obra no Serviço Público. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, [*s. l.*], v. 10, n. 1, p. 59–79, 2024.

FERREIRA, Vinícius Vieira. **Projeto de um software de gestão integrada de resíduos**. 2019. - Universidade Federal do Triângulo Mineiro. 2019. Dissertação (Mestrado em Inovação Tecnológica) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 219. Disponível em: http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/765. Acesso em: 10 abr. 2025.

FIGUEREDO, Marcos Batista et al. Governança de dados institucionais e desafios do governo aberto em universidades públicas. **Revista da CGU**, [*s. l.*], v. 18, n. 33, 2026. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/. Acesso em: 29 jul. 2026.

FILHO, Carlos Alberto de Sousa Ribeiro; LEMOS, Jenna Emanuela Soares de; RIBEIRO, Rhubens Ewald Moura; MOURA, Kaíque Barbosa de; FONSECA, Aluysio Ricardo Nunes; MONTEIRO, Luis Fernando Silva. Compras públicas e planejamento: relação estratégica alicerçante da efetividade dos Institutos Federais de Ensino (IFE). **Pesquisa, Sociedade e**

desenvolvimento, Vargem Grande Paulista, SP, v. 9, n. 47, p. 1-17, e794974743, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4743. Acesso em: 31 mar. 2025.

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de direito administrativo**. 39. ed. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2025. Ebook. Disponível em: https://minhabiblioteca.com.br/catalogo/livro/109356/manual-de-direito-administrativo/. Acesso em: 31 jul. 2026.

FURTADO, Madeline Rocha; FURTADO, Monique Rafaella Rocha; VIEIRA, Antonieta Pereira; VIEIRA, Henrique Pereira. **Gestão de contratos de terceirização na administração pública:** teoria e prática. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOSA, Lívio A. **Terceirização:** uma abordagem estratégica. São Paulo: Pioneira, 1995.

GIRARDI, Dante Marciano. A importância da terceirização nas organizações. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, ano 1, n. 1, p. 23–31, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/7998. Acesso em: 22 jan. 2025.

GONCALVES, Ageu Tavella. Contratação de serviços de tecnologia da informação em órgãos públicos federais, alinhado com a instrução normativa no 04 do ministério do planejamento orçamento e gestão. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação e Gestão Tecnológica**, [*s. l.*], v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: http://periodicos.unifacef.com.br/resiget/article/view/1353. Acesso em: 25 abr. 2025.

GONÇALVES, Marivaldo de Sousa; FIGUEIREDO, Paulo S. Determinantes dos prazos das compras públicas por meio de pregão eletrônico. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [*s. l.*], v. 28, p. e85792–e85792, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v28.85792. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/85792. Acesso em: 31 mar. 2025.

GUIMARÃES, Duanne Emanuel Leal; SOARES, Cristiano Sausen; GONZAGA, Rosimeire Pimentel. Reflexos dos mecanismos de gestão de riscos da administração pública na gestão organizacional de terceirizadas E implicações na relação contratual. **Revista Gestão Organizacional**, [s*. l.*], v. 16, n. 1, p. 228–247, 2023. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/6784. Acesso em: 08 jan. 2025.

GUIMARÃES, Duanne Emanuel Leal; SOARES, Cristiano Sausen; SANTOS, Edicreia Andrade dos. Gestão de riscos trabalhistas e previdenciários nos contratos de terceirização do setor público: estudo de caso em uma autarquia federal. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, SP, v. 12, n. 1, p. 356–377, 2021. DOI: 10.7769/gesec.v12i1.1189. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1189. Acesso em: 10 jan. 2025.

IGNÁCIO, Rozane Pereira; SENHORAS, Elói Martins. **Terceirização:** estudos jurídico-administrativos. Boa Vista: Editora IOLE, 2022. Disponível em: https://zenodo.org/record/6835312. Acesso em: 8 jan. 2025.

JUNIOR, David Lorenzi; PILGER, Alex Haubert. Gestão de riscos: um estudo multicasos do processo de contratação de mão de obra terceirizada em uma instituição de ensino federal. **Revista Organizações em Contexto**, *[s. l.]*, v. 20, n. 40, p. 31–53, 2024. DOI: 10.15603/1982-8756/roc.v20n40p31-53. Disponível em: https://revistas.metodista.br/index.php/organizacoesemcontexto/article/view/939. Acesso em: 4 ago. 2026.

KINCZESKI, Gabriel Nascimento. **Fatores críticos de sucesso da gestão e fiscalização dos contratos de serviços terceirizados de instituições públicas federais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) -- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_179cb01117af1064fe80152c20e9f00d . Acesso em: 30 out. 2024.

LIMA, Guilherme Marcelino de; PEREIRA, Gilberto de Araújo. Identificação de melhorias nos processos críticos do setor de transporte de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Navus - Revista de Gestão e Tecnologia**, [*s. l.*], v. 16, p. 1–18, 2025. DOI: https://doi.org/10.22279/navus.v16.1991. Acesso em: 15 mar. 2026.

LODI, Graziela. A teoria dos custos de transação e sua relevância para as decisões organizacionais estratégicas de produzir ou terceirizar diante da Lei n. 13.429 de 31 de março de 2017. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, *[s.l.]*, v. 18, n. 35, p. 240–259, 2018. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/21161. Acesso em: 22 jan. 2025.

LOPES, Bruno Lobão. **Proposta de modelo para avaliação da gestão da conta vinculada de contratos de terceirização em IFES, baseada na Teoria do Stakeholder e no Performance Prism:** um estudo de caso**.** 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) -- Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2018. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8583. Acesso em: 07 jan. 2025.

LOPES, Camila Maria Foltran. **Responsabilidade da administração pública direta por encargos trabalhistas nas terceirizações: uma discussão longe do fim**. 2021. Projeto de Pesquisa (Mestrado em Direito, Justiça e Desenvolvimento) -- Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) Escola De Direito do Brasil (EDIRB), São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.idp.edu.br/items/e7ccc6ba-e592-4b08-b715-65c59664dc35. Acesso em: 31 jul. 2026.

LYNN, Mary R. Determination and quantification of content validity. **Nursing Research**, [*s. l.*], v. 35, n. 6, p. 382–385, 1986.

MACIEL, Francismary Souza Pimenta; FORNI, João Paulo Gualberto; CHIOATO, Tânia Lopes Pimenta. Conta vinculada: reflexões sobre a contabilização e a (in)eficiência do modelo como mecanismo mitigador de riscos nas contratações públicas. **Revista Digital de Direito Administrativo**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 211–230, 2024. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v11i2p211-230. Acesso em 07 jan. 2025.

MANARINO, Michelle Peon. **Gestão e fiscalização de contratos de terceirização de mão de obra:** o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora em um estudo comparativo. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) --

Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6020. Acesso em: 8 jan. 2025.

MARINHO, Rita de Cassia Pinto; ANDRADE, Emmanuel Paiva de; MARINHO, Cassia Regina Pinto; MOTTA, Elisabeth Flávia Roberta Oliveira da. Fiscalização de contratos de serviços terceirizados: desafios para a universidade pública. **Gestão & Produção**, São Carlos, SP, v. 25, p. 444–457, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/gp/a/L6vZC4dSZL8py78dGBm4xrz/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2024.

MEDEIROS, Jessika Paiva. **Elaboração e validação de um fluxograma de atendimento para pessoas com diabetes na atenção básica do município de Caicó - RN**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Residência Multiprofissional em Atenção Básica) -- Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, RN, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/62650. Acesso em: 19 jul. 2025.

MELLO, Nathalia da Costa et al. Construção e validação de cartilha educativa para dispositivos móveis sobre aleitamento materno. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [*s. l.*], v. 29, p. e20180492, 2020.DOI: https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0492. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/PDgsFRtLyrRdNv54W6Zkt9p/?lang=pt. Acesso em: 30 ago. 2024.

MENDES, Lorena Lopes Freire. **Terceirização de serviços na administração pública:** uma análise da conta vinculada no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) -- Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, MG, 2020. Disponível em: http://repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/tede/450. Acesso em: 07 jan. 2025.

MENDES, Lorena Lopes Freire; FERREIRA, Frederico Poley Martins. Contratos de terceirização na Administração Pública: dinâmicas de utilização da conta vinculada no Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais. **Research, Society and Development**, *[s.l*], v. 9, n. 11, p. e219119501–e219119501, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i11.9501. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9501. Acesso em: 02 set. 2024.

MENGUE, Solange Drews Aguiar; MOREIRA, Katia Denise; VALE, Juliana Cidrack Freirwe do; MARTINS, Cibele Barsalini. O sistema integrado de gestão como ferramenta de apoio estratégico para a inovação social. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 378–393, 2018. DOI: 10.5585/geas.v7i3.1481. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/11507. Acesso em: 23 abr. 2025.

MINCHIO, Manuella Aparecida. **Análise da Conta Vinculada na Contratação de Serviços Terceirizados Sob a Ótica da Teoria dos Custos de Transação**: um Estudo em uma Instituição Federal de Ensino Superior, 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) -- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2021. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/15561. Acesso em: 27 abr. 2025.

MITKIEWICZ, Fernando André Coelho. **Transformação digital** : análise da implantação da plataforma gov.br e da evolução da maturidade da política de governo digital no Brasil. Rio

de Janeiro; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13147. Acesso em: 14 jul. 2026.

MOURA, Ruan Henrique Loureiro. A responsabilidade subsidiária da administração pública na terceirização de serviços: as disposições da Lei 14.133/21 que conferem efetividade ao dever de fiscalização contratual. **REVISTA FOCO**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. e11462–e11462, 2026.DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v19n2-051. Acesso em 14 jul. 2026.

NEGREIROS, Gizelle Chaar; CASTRO, Biancca Scarpeline; SILVA, Sandro Luís Freire de Castro. Mapeamento de processo em ouvidoria pública: um caminho para participação cidadã em uma instituição de ensino. **International Journal of Business and Marketing**, [*s. l.*], v. 9, n. 2, p. 20–36, 2024. Disponível em: https://www.ijbmkt.org/ijbmkt/article/view/295. Acesso em: 4 ago. 2026.

NOBRE, Thiago dos Santos; BATISTA, Gerson de Sousa; GOMES, Francisco Silva; BRAGA, Luciene Pereira; LIMA, Juliana Lobato; FIGUEIREDO, Djimara de Assis Rocha de. Proposta de desenvolvimento de software de conta vinculada. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [*s. l.*], v. 7, n. 11, p. 1938–1953, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i11.3814. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3814. Acesso em: 30 set.2024.

OTTONI, Mariana Mello. **O limite do poder regulamentar nas licitações públicas federais**: uma análise da instrução normativa MP/SLTI n.02/2008. 2017. Monografia (Especialização em Direito Administrativo) -- Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2292. Acesso em: 16 fev. 2025.

PIRES, Adriane Margareth de Oliveira Santana; OLIVEIRA, Kamila Pagel de. Fiscalização de contratos: um olhar sob a atuação dos fiscais de contratos de duas universidades federais mineiras. **Research, Society and Development**, [s.*l.*], v. 9, n. 9, e932997714, 2020. Disponível em: http://repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/3349. Acesso em: 22 abr. 2025.
POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano; HUNGLER, Bernadette P. **Fundamentos em pesquisa em enfermagem:** métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos Soares de. **Manual de terceirização:** onde podemos errar no desenvolvimento e na implantação dos projetos e quais são os caminhos do sucesso. São Paulo: STC, 1998.

RODRIGUES, Dênis Alves; LUI, Lizandro; CATE, Lidia Nicole Ten; VIEIRA, Izabella de Paula. Qual sistema informatizado adotar? As opções subnacionais na área de licitações. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. e92583, 2026. DOI: 10.12660/cgpc.v31.n2.92583. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/92583. Acesso em: 4 ago. 2026.

SANTOS, Yan Vieira dos. Desafios e percepções sobre a utilização de tecnologia da informação na administração pública sob a óptica de gestores e profissionais de TI: uma revisão sistemática. **EmpíricaBR - Revista Brasileira de Gestão Negócio e Tecnologia da Informação**, [*s. l.*], v. 3, n. 1, 2023. Disponível em:

https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/EmpiricaBR/article/view/14188. Acesso em: 14 jul. 2026. Acesso em: 23 abr. 2025

SANTOS, Anderson Vieira; FONSECA, Platini Gomes. Transformação digital no serviço público brasileiro: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Formadores**, Cachoeira, BA, v. 15, n. 1, 2022. Disponível em: https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/1535. Acesso em: 23 abr. 2025.

SANTOS, Lucimar Rizzo Lopes dos; SCHMITT, Valentina Gomes Haensel. Dumping social e terceirização na administração pública brasileira. **Revista do Serviço Público**, [*s. l.*], v. 76, n. 3, p. 391–416, 2025. DOI: https://doi.org/10.21874/rsp.v76i3.11288. Acesso em 23 abr. 2026.

SCARANO, Gianluca; COLFER, Barry. Linking active labour market policies to digitalisation–a review between remote and automated possibilities. **International Journal of Sociology and Social Policy**, [*s.l.*], v. 42, n. 13/14, p. 98–112, 2022. Disponível em: https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/ijssp-02-2022-0050/full/html. Acesso: 23 abr. 2025.

SILVA, Rogelson dos Santos. **A responsabilidade da administração pública na terceirização de serviços.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito Tributário) -- Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/5083. Acesso em: 31 jul. 2026.

SILVA, Bárbara Fernandes Amorim de Aguiar Brum da; MORAIS, Bárbara Oliveira de; BRITO, Adalberto Oliveira; OLIVEIRA, Rayannie Mendes de; RANGEL, Silvia Valéria Moreira. Análise da terceirização em escolas públicas localizadas em municípios da baixada fluminense. **REVISTA FOCO**, Curitiba, PR, v. 16, n. 1, p. e784–e784, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n1-074. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/784. Acesso em: 08 jan. 2025.

SILVA, D'hougo Aragonês Amaro da. **Gerenciamento de processos em instituições de ensino superior:** um estudo de caso na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) -- Universidade Federal Rural do Semiárido. Mossoró, RN, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/items/aad31d40-e8b4-4422-85ee-56c4e39b356b. Acesso em: 25 maio 2026.

SILVA, Rafael Souza e; PINHEIRO, Flávia Helena Batista de Oliveira. Gestão pública aliada à tecnologia da informação: Análise da aplicação da tecnologia da informação na gestão pública na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. In: SENHORAS, Elói Martins (org.). **Administração:** gestão, liderança e inovação 3. Ponta Grossa, PR: Atena, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.22533/at.ed.461221611. Acesso em: 25 abr. 2025.

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de software**. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Normas de Organização da UFTM**. Uberaba, MG: UFTM, 2025. Disponível em:

https://sistemas.uftm.edu.br/integrado/sistemas/pub/publicacao.html?secao=1364&publicacao=15607.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Relatório de Gestão Anual - 2025**. Uberaba, MG: UFTM, 2026. Disponível em: https://www.uftm.edu.br/proplan/prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao. Acesso em: 28 jul. 2026.

VAZ, Juliana Aparecida. **Desenvolvimento de um software para fiscalização de contratos públicos**. 2023. Dissertação (Mestrado em Inovação Tecnológica) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2023. Disponível em: http://bdtd.uftm.edu.br/handle/123456789/1583. Acesso em: 6 nov. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUSOFF, Muhamad Saiful Bahri. ABC of Content Validation and Content Validity Index Calculation**. Education in Medicine Journal**, [*s. l.*], v. 11, n. 2, p. 49–54, 2019.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC: [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. Disponível em: https://canal.cecierj.edu.br/anexos/recurso_interno/13817/download/e632ed668cf02013242eb17c9b0ad27c. Acesso em: 25 fev. 2025.

APÊNDICE A – PROPOSTA CONTEXTUALIZADA DE PTT



MAPEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA: UM RELATÓRIO TÉCNICO APLICADO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Relatório técnico apresentado pela mestranda Aline Marçal Silva ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Jesislei Bonolo do Amaral Rocha, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



SUMÁRIO

Contexto de aplicação da proposta 04

Público-alvo da proposta 06

Situação problema 07

Objetivo da proposta 09

PTT - Proposta de Intervenção 10

Autoria da proposta 16

Referências 17

Protocolo de Entrega da Proposta aos Praticantes 18

Atributos qualificadores do PTT 22

Evidências de Impacto / argumentação sobre o impacto potencial 23

CONTEXTO DE APLICAÇÃO DA PROPOSTA

Este relatório técnico aborda a gestão das contas-depósito vinculadas em contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), instrumento relevante para mitigação de riscos trabalhistas e garantia dos direitos dos trabalhadores terceirizados.

A pesquisa teve como objetivo mapear e, validar o fluxo de operacionalização dessas contas, bem como verificar sua compatibilidade com práticas adotadas em outras universidades federais.

A investigação foi conduzida no Departamento de Serviços e Logística (DSL), posteriormente estruturado como Seção de Gestão e Fiscalização de Contratos (SGFISC), unidade responsável pela fiscalização administrativa dos contratos terceirizados da instituição. A coleta de dados envolveu pesquisa documental, observação participante, realizada em ambiente digital, e análise de sistemas institucionais, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), planilhas operacionais e contratos vigentes.

Com base nos dados obtidos, foram elaborados fluxogramas representativos dos processos de operacionalização da conta vinculada, utilizando a notação Business Process Model and Notation (BPMN) e o software Bizagi Modeler®. Os fluxos contemplaram tanto o provisionamento mensal dos valores quanto a liberação de recursos, evidenciando a dinâmica operacional vigente na instituição.

A validação dos fluxos ocorreu em duas etapas: interna, junto aos fiscais administrativos da UFTM, e externa, com servidores de outras universidades federais, por meio de questionário estruturado. Para análise da concordância entre os avaliadores, foi utilizado o Índice de Validação de Conteúdo (IVC), adotando-se como critério mínimo de adequação o valor de 0,80.

Os resultados permitiram identificar fragilidades operacionais e oportunidades de aprimoramento na gestão das contas-depósito vinculadas. Evidenciou-se que, apesar da existência de diretrizes normativas comuns, a execução prática apresenta variações institucionais relevantes, impactando a eficiência e a confiabilidade dos processos.

Ademais, destaca-se a importância da sistematização e da evolução das ferramentas tecnológicas como instrumentos de apoio à fiscalização contratual, contribuindo para maior eficiência administrativa, segurança jurídica, transparência e fortalecimento da governança na administração pública federal.

Este estudo está alinhado ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao propor melhorias na fiscalização de contratos administrativos. A pesquisa contribui para o fortalecimento da governança pública, aumento da transparência e otimização da gestão de recursos públicos.

> A conta vinculada configura-se como uma ferramenta essencial utilizada pela fiscalização das contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.